

MARIA CECÍLIA ANDRADE

Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Salvador, BA (1994), Mestre em Ciências Jurídico-Empresariais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal (2000), Pós-graduada em Direito da Economia da Empresa pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo (2001), e foi advogada *trainee* na Direção-Geral da Concorrência da Comissão Européia em Bruxelas, Bélgica (1999-2000). Atualmente é advogada em São Paulo e Membro da Comissão de Defesa da Concorrência da Ordem dos Advogados do Brasil, Secção São Paulo.

CONTROLE DE CONCENTRAÇÕES DE EMPRESAS

**estudo da experiência comunitária e a aplicação do artigo 54 da
Lei 8.884/94**

Editora Singular

São Paulo, 2002

CATÁLOGO NA FONTE DO
DEPARTAMENTO NACIONAL DO LIVRO

A553c

Andrade, Maria Cecília Controle de concentrações de empresas: estudo da experiência comunitária e a aplicação do artigo 54 da lei nº 8.884/94/ Maria Cecília Andrade. - São Paulo: Singular, 2002. 484p.; 21cm

ISBN: 85-86626-07-4 1.

Concorrência - Brasil. 2. Investimentos - Brasil. 3. Empresas - Fusão e incorporação - Brasil.

CDD: 338.60480981

SUMÁRIO

ABREVIATURAS UTILIZADAS	9
AGRADECIMENTOS	11
APRESENTAÇÃO	13
Introdução	15
1. Delimitação do objeto do estudo. Apresentação do plano de trabalho	15
2. Concentrações de empresas: noções relevantes	25
2.1 Algumas notas introdutórias	25
2.2 Fatores determinantes que levam as empresas a se concentrar	29
2.3 Da necessidade do controle	36
2.4 Do auxílio das ciências econômicas	37
3. Política econômica da concorrência: a evolução do controle de concentrações de empresas nas diversas comunidades jurídicas	39
3.1 Diretrizes básicas do que se entende por política econômica da concorrência	39
3.2 A Comunidade Européia: do Memorando da Comissão Européia de 1.º de dezembro de 1965 até o Regulamento do Conselho 4.064/89"	47
3.3 A evolução brasileira: de crime contra a economia popular à garantia do exercício da livre concorrência	59
Capítulo 1. A experiência comunitária	75
1.1 O controle de concentrações de empresas fundado nos Tratados: breve enunciado	75
1.1.1 Sob a vigência do Tratado da Comunidade Européia do Carvão e do Aço	75
1.1.2 Na vigência do Tratado da Comunidade Européia	84
1.2 O controle de concentração de empresas sob a vigência do Regulamento (CE) 4.064/89	130
1.2.1 Definição de operação de concentração no Regulamento (CE)4.064/89	130
1.2.2 Da dimensão comunitária da operação	145
1.2.3 Da exclusividade da aplicação do regulamento às concentrações de dimensão comunitária e a cooperação com os Estados-membros.	
Derrogações ao princípio do balcão ou interlocutor único	157
1.2.4 Da obrigatoriedade da notificação prévia: alguns aspectos processuais	178
1.2.5 Procedimento de investigação: análise preliminar	190
1.2.6 Análise da operação notificada que suscitou	

Localização: 334.757

A553c

Código de barras: STJ00065424

"sérias dúvidas" de compatibilidade com o mercado comum	194
1.2.7 Dos poderes de investigação da Comissão	205
1.2.8 Garantias processuais das partes	210
1.2.9 A determinação do mercado relevante do serviço ou do produto e do mercado geográfico: algumas diretrizes	219
1.2.10 Critérios de apreciação das operações de concentração	232
1.2.11 Efeitos extraterritoriais. A cooperação internacional: uma solução?	287
1.2.12 Aplicação residual dos artigos 81 e 82 às operações de concentração	294
Capítulo 2 - O Controle dos Atos de Concentração no Brasil	299
2.1 Da aplicabilidade da Lei 8.884/94	299
2.1.1 Delimitação do âmbito territorial	300
2.1.2 Delimitação das competências do CADE, SDE e SEAE	304
2.2 Da natureza contraditória do controle: preventivo versus a posteriori	309
2.2.1 Da possibilidade de consulta e dos seus efeitos	313
2.3 Atos sujeitos ao regime de notificação	317
2.3.1 A concentração econômica	317
2.3.2 Da obrigatoriedade de notificação dos atos de concentração	319
2.3.3 Derrogações? As controvérsias acerca dos atos de concentração no setor financeiro e as agências reguladoras	332
2.4. Fase instrutória	342
2.4.1. Da apresentação do ato de concentração e suas formalidades	342
2.4.2 Poderes de investigação: CADE, SDE e SEAE	352
2.4.3 Garantias processuais das partes	356
2.5. Da análise do ato de concentração	364
2.5.1 Alguns aspectos econômicos relevantes	364
2.5.2 Realização do balanço econômico: preenchimento das condições de eficiência econômica do § 1.º do artigo 54	374
2.5.3 Derrogações ao § 1.º do artigo 54	384
2.6 Fase decisória. Tipos de decisões	385
2.6.1 Autorização por decurso de prazo	386
2.6.2 Autorização: em razão de ausência de prejuízos à livre concorrência ou não-formação de posição dominante	388
2.6.3 Tratamento das restrições acessórias	390
2.6.4 Autorização mediante a assinatura de Compromisso de Desempenho	394
2.6.5 Não-aprovação da operação: efeitos	403
2.7 Da possibilidade de revisão da decisão de autorização de um	

Localização: 334.757

A553c

Código de barras: STJ00065424

ato de concentração	408
2.8 Da possibilidade de reapreciação de uma decisão de não-aprovação	413
2.9 Controle pelo Poder Judiciário. Limites?	415
Capítulo 3 - Controle de Concentrações de Empresas no Mercosul	419
3.1 O controle da concorrência no Mercosul: algumas questões institucionais prévias	419
3.1.1 Origem do Mercosul e algumas questões institucionais prévias	419
3.1.2 O processo evolutivo do controle da concorrência	424
3.1.3 Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul (Protocolo de Fortaleza)	428
3.1.4 Perspectivas para a instituição de um controle de concentrações de empresas no Mercosul	431
BIBLIOGRAFIA	437
DOCTRINA-LIVROS	437
DOCTRINA-ARTIGOS	444